CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

Percursos da Comunidade Surda Brasileira: Um Estudo Historiográfico

Kelvin Fernandes Soares

Profª. Orientadora: Soraia Wanderosck Toledo

Rio de Janeiro
Dezembro de 2018

Percursos da Comunidade Surda Brasileira: Um Estudo Historiográfico

Kelvin Fernandes Soares

Projeto final apresentado em cumprimento às normas do Departamento de Educação Superior do CEFET/RJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Relações Internacionais.

Prof.ª Orientadora: Soraia Wanderosck Toledo

Rio de Janeiro
Dezembro de 2018

CEFET/RJ – Sistema de Bibliotecas / Biblioteca Central

S676 Soares, Kelvin Fernandes

Percursos da comunidade surda brasileira : um estudo historiográfico / Kelvin Fernandes Soares.—2018.

28f. : il. (algumas color.) ; enc.

Projeto Final (Graduação) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2018.

Bibliografia : f. 26-28

Orientadora : Soraia Wanderosck Toledo

1. Relações internacionais. 2. Língua de sinais. 3. Surdos - História. 4. Inclusão social. I. Toledo, Soraia Wanderosck (Orient.). II. Título.

CDD 327.1

Elaborada pela bibliotecária Mariana Oliveira CRB-7/5929

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à professora Soraia, que aceitou esse desafio junto comigo sem pestanejar, além de ser uma das professoras mais notáveis que tive o prazer de aprender com. Também dou os créditos aos professores que lecionam no curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, com uma notória ênfase na professora Elisângela Santos, que abriram minha visão de mundo e tiveram grande participação na formação do ser que sou hoje. Isso inclui aqueles que não se encontram mais conosco. Jamais vou ser capaz de retribuir a dádiva de vocês.

Seguindo os espelhos da vida, agradeço à minha família. Paulo, Rute e Evelyn, vocês fizeram todo o seu possível para proporcionar o melhor para mim em todos os sentidos. Sou esse conjunto de diversas identidades culturais graças a vocês. Acho que eu nunca poderia ter essa visão de mundo que tenho hoje sem o esforço de vocês, isso me libertou e por isso sou muito grato. Não posso esquecer também da Lili, que sempre me recebia e me confortava nos dias difíceis. A gratidão é eterna.

Nunca deixando de lado os maiores presentes que recebi do CEFET/RJ: Alessandra, Luiz e Raíssa. Que por diversas vezes compartilhamos do apoio emocional que precisávamos para persistir durante esses longos, porém curtos, quatro anos. “A faculdade não se faz sozinho”, levamos essa frase a sério mas nunca deixando de trabalhar.

Sempre mantendo minha sanidade dentro dos padrões da sociedade, Yan. Não sei como aguentou os ataques de desespero durante todo esse tempo, mas o apoio foi essencial. Não tenho como agradecer o suporte emocional durante esses quatro anos, realisticamente.

A todos aqui listados, além de muitos outros nomes, deixo minha eterna gratidão e reconhecimento. Obrigado por me acompanharem nessa jornada cansativa, mas também libertadora, que foi a faculdade.

Por meio deste trabalho, um ciclo se encerra.

RESUMO

O presente trabalho aborda o percurso da comunidade Surda, desde a Idade Antiga até suas conquistas contemporâneas na sociedade brasileira. Aponta as condições sociais inferiores em que viviam, o momento em que passam a ser estudados e seus esforços para a garantia de seus direitos. Assim, o trabalho busca visibilidade ao empenho árduo, realizado por séculos, de um grupo ainda não devidamente incluído na sociedade. Um meio para a construção de entendimentos acerca das interações entre diferentes identidades e culturas em relações desequilibradas de poder. Por meio de pesquisa bibliográfica de artigos acadêmicos e materiais de apoio como teses e livros, tratados com base na análise de conteúdo, foi possível constatar que no percorrer da História, os Surdos foram marginalizados da sociedade. Até o início do século XVI, Surdos, tanto crianças como adultos, eram sacrificados, torturados ou excluídos da sociedade. Essa condição começou a mudar quando os Surdos passaram a estudar e ser objeto de estudos. A inclusão almejada, e ainda não conquistada, está vinculada ao percurso de lutas e movimentos sociais para o reconhecimento e busca dos direitos dos Surdos. Assim, por conclusão foi identificado que esses eventos de protagonismo dos sujeitos Surdos têm resultado no empoderamento da comunidade por eles formada, significando que a voz desse grupo começa a ser ecoada na garantia de seus direitos e no reconhecimento de que pertencem ao cenário multicultural contemporâneo.

Palavras-chave: Percurso Histórico; Língua Brasileira de Sinais; Comunidade Surda.

ABSTRACT

The present work approaches the path of the Deaf community, from the Old Age to their contemporary achievements in Brazilian society. It points out the inferior social conditions in which they lived, the moment in which they are studied and their efforts for the guarantee of their rights. Thus, the work seeks visibility to the arduous commitment, carried out for centuries, of a group not yet properly included in the society, a means for the construction of understandings about the interactions between different identities and cultures in unbalanced relations of power. Through the bibliographical research of academic articles and supporting material such as thesis and books that were treated based on the analysis of content, it is possible to verify that in the course of History, the Deaf were marginalized of the society. Until the early sixteenth century, the deaf, both children and adults, were sacrificed, tortured or excluded from society. This condition began to change when the deaf began to study and to be studied. The desired inclusion, not yet conquered, is linked to the path of struggles and social movements for the recognition and pursuit of the rights of the Deaf. Thus, it was concluded that these events of protagonism of the Deaf subjects have resulted in the empowerment of the community formed by them, meaning that the voice of this group begins to be echoed in the guarantee of their rights and the recognition that they belong to the contemporary multicultural scene.

Keywords: Historical Journey; Brazilian Sign Language; Deaf Community.

SUMÁRIO

1. Introdução 9
2. Evolução da Consolidação da Comunidade Surda 12
   2.1. Primeiros Passos da Educação e Socialização dos Surdos 12
   2.2. Congresso de Milão e a Vitória do Oralismo 17
   2.3. Declaração de Salamanca 19
   2.4. Comunidade Surda no Brasil 20
      2.4.1. O Início da História 20
      2.4.2. À Luta 22
3. Resultados e Considerações Finais 25

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Alfabeto Manual de Bonet 15
Figura 02: Charles-Michel de L'Épée, conhecido como pai dos Surdos 16
Figura 03: O Instituto Nacional de Educação de Surdos 21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIPD - Ano Internacional das Pessoas Deficientes

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

dB - Decibéis

FENAPAS - Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

Hz - Hertz

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

Libras - Língua Brasileira de Sinais

ONU - Organização das Nações Unidas

PS - Pessoas Surdas

SciElo - Scientific Electronic Library Online

1. Introdução

Ao longo do bacharelado entrei em contato com os mais diversos grupos que me proporcionaram uma ampliação no conceito de mundo. Muitos desses grupos são minorias políticas que buscam seu reconhecimento perante a sociedade como o coletivo LGBT, grupos feministas entre outros.

O contato com esses fatores foram influências que me levaram a dedicar esse trabalho aos Surdos, que tiveram, e ainda têm, uma árdua batalha na garantia de seus direitos.

O acesso às questões Surdas[1] aconteceram em vários momentos da minha formação, como nas disciplinas Planejamento Empresarial, Eventos Internacionais, Libras, o que serviu de base para o aprofundamento feito no presente trabalho. Essa visão multicultural e interdisciplinar é a base do bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. Conhecer a outra cultura para assim poder interagir.

A ideia, então, é entender a formação inicial a partir de uma percepção multicultural de mundo, em especial dos grupos historicamente segregados, como os Surdos.

Atualmente, são encontrados na web vídeos bilíngues (português/ Libras) de música, educação, jornalismo, culinária[2], filmes nacionais legendados[3]; obrigatoriedade de oferta da disciplina de Libras, conforme determinação do Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005); além da presença de tradutores/intérpretes em situações comunicativas como nas campanhas políticas. Tais iniciativas de promoção do acesso às diferentes informações aponta para o empoderamento dos Surdos e sua consequente inclusão social, educacional, política. Essas conquistas, e muitas outras ainda necessárias, são consequência dos processos históricos que precisam ser evidenciados para que a atualidade possa ser melhor entendida. Muitos movimentos linguístico-culturais ocorreram para que hoje seja possível o acesso à Libras. Quais aspectos histórico-sociais e paradigmáticos contribuíram para a constituição da comunidade Surda contemporânea? Quais contribuições de diferentes metodologias de ensino para Surdos foram relevantes para a atual situação colocada? Quais os efeitos causados por

---

[1] De acordo com Dorziat(2009), o uso da palavra Surdos, com s maiúsculo, se vê cada vez mais presente quando faz referência a um grupo social constituído e empoderado.

[2] Pode-se ter como exemplo o canal no YouTube *Chef Cenoura: cozinhar é dar amor*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CrSzD4s574o. Último acesso em: 25 nov. 2018.

[3] Netflix dispõe da ferramenta de legenda. *Ana e Vitória*. Disponível em: https://www.netflix.com/watch/81020531?trackId=251573830&tctx=0%2C0%2C3c77200e-573e-4cea-b0c1-bac10fab9164-60666388%2C700087b5-444b-45c7-979c-e65ffa8adf48_45620191X28X6548X1543236080682%2C700087b5-444b-45c7-979c-e65ffa8adf48_ROOT. Último acesso em: 26 nov. 2018.

estudos, percepções e determinações impostas por grupos de representação de Surdos na composição dessa comunidade?

Com o objetivo geral de identificar aspectos histórico-sociais e paradigmáticos que contribuíram para a constituição da comunidade Surda brasileira contemporânea, esse trabalho busca na história marcos das dificuldades e vitórias relacionadas aos Surdos, desde a Idade Antiga, passando pela Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), até o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 20005). Como objetivos específicos, o presente trabalho pretende sintetizar contribuições de diferentes metodologias de ensino para Surdos, em função da cronologia e dos principais personagens envolvidos; destacar momentos e personagens históricos que foram representativos nos processos sociais Surdos com ênfase nos processos contemporâneos brasileiros.

A presente pesquisa, conforme Vergara (2014), é classificada, quanto ao objetivos, como explicativa, tendo em vista pretender identificar aspectos que contribuíram para a conformação atual da comunidade Surda, ou seja, aponta para o aprofundamento da percepção da realidade posta. Quanto aos meios, se caracteriza por uma pesquisa bibliográfica, baseada em artigos acadêmicos.

Para a seleção dos artigos, foram utilizadas as plataformas de pesquisa Scielo, CAPES e Google Acadêmico. À princípio somente as plataformas Scielo e CAPES seriam utilizadas por serem as ferramentas mais indicadas e comuns no campo da pesquisa acadêmica. Porém, o uso dos termos de pesquisa utilizados nas buscas apresentaram poucos artigos relevantes para o trabalho. Em contrapartida, a plataforma Google Acadêmico apresentou um resultado mais satisfatório quanto à quantidade de artigos relevantes.

Os termos de pesquisa foram inseridos isoladamente: Libras, Comunidade Surda, Histórico da Comunidade Surda, Língua de Sinais, Educação de Surdos, Congresso de Milão, Cultura Surda, Movimentos Sociais Surdos. O termo Inclusão não foi utilizado uma vez que o retorno da pesquisa do mesmo traz consigo artigos pedagógicos e linguísticos, que falam sobre inclusão dos Surdos no mercado de trabalho e no âmbito escolar.

O tratamento dos dados foi guiado pela análise de conteúdo (BARDIN, 2011), em auxílio na seleção e organização do material necessário ao desenvolvimento do trabalho. Os artigos encontrados na busca passaram por leitura flutuante de títulos, resumos e conclusões. Foram selecionados aqueles que respondiam às questões de pesquisa. A partir da seleção, os artigos foram lidos na íntegra para que fossem destacados os elementos por categorias cronológicas que contribuíssem para a configuração do presente trabalho e suas respectivas inferências e conclusões.

Ainda que a base de análise tenha sido predominantemente de artigos, no decorrer da pesquisa foram adicionadas leis, decretos, livros e tese, necessários à complementação das informações para melhor compreensão das questões pesquisadas.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro, introdução, aborda as motivações, justificativas e objetivos que levaram a elaboração do trabalho. O segundo capítulo revela a metodologia usada e as dificuldades encontradas na pesquisa. O terceiro capítulo e suas subdivisões evidenciam o desenvolvimento da comunidade Surda de forma geral e foca na contemporaneidade dos Surdos brasileiros. Por fim, o quarto e último parágrafo traz consigo as conclusões finais que foram possíveis levantar com o presente trabalho.

2. Evolução da Consolidação da Comunidade Surda

2.1 Primeiros Passos da Educação e Socialização dos Surdos

Ainda que o recorte de pesquisa tenha sido a Idade Antiga, vale ressaltar a informação dada por Amaral (2017). Em seus estudos baseados em Vygotsky, informa que na pré-história, os homens utilizavam as mãos para se comunicarem. Com o passar do tempo a comunicação oral se tornou padrão e comunicação gestual considerada primitiva.

> [...] homens pré-históricos trocaram a comunicação gestual pela comunicação oral, pela palavra, quando começaram a utilizar ferramentas; trabalhando, com as mãos ocupadas, precisaram inventar uma alternativa para dialogar. Essa idéia ressalta a naturalidade da interação pela linguagem das mãos e, de certa forma, explica por que o movimento contrário (da linguagem oral para a gestual) é um processo reinventado na história dos grupos sociais com tanta freqüência, quando a situação exige (VYGOTSKY apud AMARAL, 2017, p.2).

Segundo Duarte et al (2013), há informações históricas que mostram que os Surdos tiveram diferentes tratamentos de acordo com a civilização. Entretanto não há relatos de tratamento pariforme aos ouvintes. No Egito, por exemplo,

> [...] surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses, porque pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e 'adoravam' os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social (STROBEL apud DUARTE et al, 2013, p. 1716).

Na Idade Antiga, famílias ouvintes que tinham filhos Surdos tinham o costume de escondê-los ou rejeitá-los, visto que eram considerados como inválidos para a sociedade.

> No século XII (Idade Antiga), as PS's[4] não eram consideradas seres pensantes, uma vez que a capacidade de raciocínio era diretamente ligada à fala. Logo, elas eram consideradas incapazes de pensar, sendo comparadas a seres parecidos com os animais irracionais. (SCHLÜNZEN, BENEDETTO e SANTOS, 2012, p. 49)

Essa visão opressora para com os Surdos era comum. Os gregos, por exemplo, encaravam os surdos literalmente com animais, pois para eles o pensamento se dava puramente pela fala. Assim, os Surdos não adquiriam conhecimento, uma vez que este era passado via língua oral, em sua modalidade falada. Os romanos, por sua vez, não garantiam os direitos legais desses indivíduos, eles não se casavam e eram privados de heranças familiares. Além do fato de que a Igreja Católica considerava que os Surdos não seriam salvos, não

[4] Schlünzen, Benetto e Santos(2012) usam PS durante todo o trabalho como sigla para pessoa surda.

herdariam o Reino de Deus. Viver sob tais condições tornava a vida de um indivíduo Surdo miserável (SILVA, 2009).

Já os chineses jogavam os surdos no mar, já os povos celtas que habitavam a Gália os sacrificavam ao deus Teutates[5]. Em Esparta, eram arremessados de rochedos (PALMA, 2012).

Essa marginalização e genocídio impediu por muito tempo o entendimento dos Surdos como seres humanos capazes e, consequentemente, impediu o reconhecimento da Língua de Sinais como língua em si, o que obstaculizava o entendimento da língua gestual como ferramenta base na formação e desenvolvimento da identidade. (MONTEIRO, 2006, p.294)

"A situação das PS's começou a melhorar a partir do Século XV (aproximadamente no fim da idade média)". Nessa época, iniciaram-se estudos relacionados à surdez, famílias nobres passaram a querer integrar seus filhos surdos na sociedade, e a Igreja se interessou em doutrinar os Surdos (SCHLÜNZEN, BENEDETTO e SANTOS, 2012, p. 49).

Como a surdez era vista como algo patológico, a tentativa persistente de "curar" os surdos reforçava a forma oralista de ensino. Oralismo é o método que objetiva a habilitação a fala e o treino da leitura labial para a efetivação dos processos comunicacionais entre Surdos e Ouvintes. Segundo Duarte et al (2013) a escrita representa uma língua oral. Porém, o reconhecimento como ser humanizado, um ser pensante, se dava por meio da capacidade da fala especificamente. A audição e a fala eram as funções mais importantes. Chegavam a classificar os cegos como mais inteligentes que os surdos devido à capacidade de ouvir e falar.

Contrariando o conceito hegemônico que perdurava até o século XVI, estudiosos como Girolamo Cardano (1501-1576), "que tinha interesse em ajudar seu filho surdo, desenvolveram pesquisas e descobriram que a escrita representava ideias e pensamentos, e não somente ideias faladas." Cardano foi um dos primeiros a ir contra o preceito do oralismo e perceber que os surdos poderiam ter acesso à língua sem a necessidade da fala. Seu método de ensino era baseado no uso de símbolos (SCHLÜNZEN, BENEDETTO e SANTOS, 2012, p. 50).

> É possível dar a um surdo - mudo condições de ouvir pela leitura e de falar pela escrita [...], pois assim como diferentes sons são usados convencionalmente para

[5] Palma (2012) usa o termo deuses ao falar de Teutates. Mas após uma pesquisa flutuante é possível entender que Teutates era apenas um deus. Informação disponível em: https://www.britannica.com/topic/Teutates

> significar coisas diferentes, também podem ter essa função as diversas figuras de objetos e palavras. (SACKS apud SILVA, 2009, p. 4)

Pedro Ponce de Leon teve um papel de destaque no que se refere aos avanços da compreensão da surdez. Leon era requisitado por famílias nobres e ricas que se preocupavam com seus filhos surdos e sua inclusão na sociedade. Seus alunos foram ensinados a ler, escrever, falar e entender ensinamentos católicos (SILVA, 2009, p.1). Esse trabalho teve início na Espanha, em 1555. O método de ensino por ele usado incluía o uso do alfabeto manual, a escrita e o treino para a fala (DUARTE et al, 2013). Por mais que Leon seja um dos principais quando se fala do pioneirismo no ensino de surdos, ele não pode ser considerado o primeiro nesse trato.

> Hoje é amplamente reconhecido que toda a contribuição de Ponce foi meramente colocar os princípios da educação para surdos em um patamar mais amplo do que seus predecessores fizeram.
> Antes de Ponce muitas tentativas isoladas de instrução tinham sido feitas, com o nível de sucesso variável, tanto na França quanto no exterior. Em 1578, Joachim Pascha treinou dois de seus próprios filhos surdos, mas suas tentativas não obtiveram reconhecimento público. Jérôme Cardan, uma das pessoas mais inteligentes de seu tempo, e quem talvez tenha mais profundamente revigorado a escola filosófica de seu século, buscou demonstrar que a educação do surdo não era uma impossibilidade[...] (BERTHIER apud NASCIMENTO, 2006, p.257)

Segundo Silva (2009), se partia do preceito de que a minoria que teria que se adequar a maioria. O dilema era, se os Surdos fizessem uso apenas dos sinais, a comunicação não ficaria restrita somente a eles? Essa questão foi a base para a escolha de métodos que os ensinassem a falar e ler lábios, permitindo que eles tivessem acesso a comunicação com a sociedade em geral.

Em 1620, o padre espanhol Juan Pablo Bonet partindo do recente princípio de que a escrita não estava relacionada com à audição das palavras, publicou o livro *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos.* Esse livro apresentou seu método de ensino, o alfabeto manual.

Figura 1: Alfabeto Manual de Bonter. Fonte: Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos (BONET, 1620).

Thomas Braidwood (1715-1806) foi outro importante educador no desenvolvimento do ensino de surdos. Braidwood criou um método que fazia uso do alfabeto manual com as duas mãos. Seus alunos aprendiam a escrever, ler e a leitura orofacial. Foi o fundador da primeira escola para Surdos na Grã-Bretanha que foi transferida para a Inglaterra posteriormente (SCHLÜNZEN, BENEDETTO e SANTOS, 2012).

Com o aparente sucesso, Braidwood notou o retorno financeiro que provinha de seu trabalho com Surdos e passou a comercializar seu método de ensino. Segundo Silva (2009, p. 2), “Aqueles que desejavam utilizar seus métodos assumiram o compromisso de pagar metade de seus ganhos ao criador e manter em absoluto segredo [...]”. Assim é visível que os esforços de humanização presentes da época tinham um interesse muito mais financeiro do que humanitário. (MOURA apud SILVA, 2009).

Em 1760, Charles Michel de L’Epée se aproximou da comunidade surda por motivos religiosos. Com o intuito de tirá-los da condenação da fé católica, aprendeu os sinais, iniciou a educação de Surdos na França e acabou ampliando seu trabalho da educação religiosa para a escolar.Seu método fazia associações entre os sinais e figuras ou palavras escritas. Dessa forma, os Surdos avançaram socialmente, tendo assim acesso ao conhecimento. O diferencial em seu método de ensino, foi o auxílio de um intérprete de língua de sinais em suas aulas,

para ajudar na aprendizagem. Esse método permitiu que, pela primeira vez, alunos surdos pudessem ler e escrever em francês. Esse método foi de extrema importância para o reconhecimento da língua como algo natural. (SILVA, 2009). L'Epée abriu um abrigo voltado para Surdos em meados de 1750, que mais tarde se tornou a primeira escola de surdos na França, hoje nomeada de Instituto St. Jacques.

Figura 02: Charles-Michel de L'Épée, conhecido como pai dos

surdos. Disponível em: https://francearchives.fr/commemo/recueil-2012/39921. Acesso em: 25 nov. 2018.

Fundador da *American School for the Deaf*, primeira escola nos Estados Unidos para Surdos, Thomas Gallaudet viajou à europa em 1815 para conhecer novos métodos de educação para Surdos. Resistentes a divulgar o seu método, a família Braidwood se recusou a transmitir o método por eles usado. Gallaudet conheceu então Sicart, sucessor de L'Épée no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, e passou a estudar novos métodos de ensino. No ano seguinte retornou aos Estados Unidos da América com Laurent Clerc, um discípulo de Sicard, que o ajudou na criação da escola (CABRAL, 2005).

Jean Marc Itard foi nomeado diretor do Instituto St. Jacques em 1822. Itard não tinha conhecimento algum no ensino de surdos, era um médico cirurgião. Itard se dedicou a descobrir a causa da surdez. Para seus experimentos ele aplicava cargas elétricas nos ouvidos de seus pacientes, usava sanguessugas para ocasionar sangramentos, furava o tímpano de seus alunos, levando um de seus alunos à morte. Para Itard, todas as ações de tortura que resultavam em sofrimento eram justificáveis se o objetivo fosse curar os Surdos. Após anos de

tentativas, Itard notou que a língua gestual é a natural e a indicada para o ensino de surdos, deixando de lado as concepções do oralismo (SILVA, 2009).

2.2. Congresso de Milão e a Vitória do Oralismo

O século XIX foi marcado pela distinção entre o normal e anormal, o saudável e o patológico. Foi um século explícitamente instituído por uma visão biológica do corpo. O controle da sociedade sobre os indivíduos se dava pelo corpo, assim como hoje. O status de normal é uma construção social, e assim também, a categoria de anormal é estipulada quando certas imposições sociais não são atendidas. Era preceito do Estado padronizar a sociedade por meio de instituições criadas com o objetivo de atender indivíduos julgados como deficientes. Essas instituições aplicavam práticas que pretendiam adaptar ou curar os sujeitos anormais (BAALBAK, CALDAS, 2001). “A norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado” (FOUCAULT apud BAALBAK, CALDAS, 2001, p.1887).

Embasado pela teoria do normal contra anormal, houve grandes avanços tecnológicos que visavam estimular a fala dos Surdos, tais como o uso de próteses elétricas para estimular a audição residual. Não faltavam motivos para que educadores passassem a investir seus métodos na língua oral. O contexto político-social dessa época, a partir de 1860, foi marcado pela opressão contra grupos minoritários no quesito étnico, linguístico e religioso. Com isso houve uma grande repressão contra a língua gestual e um impulso internacional para aboli-la (DUARTE et. al, 2013).

A primeira intervenção oficial, que mais tarde daria espaço para a atitude mais marcante contra a língua gestual, ocorreu em 1878, na França, o I Congresso Internacional de Educação de Surdos. Esse congresso tinha como objetivo analisar qual seria o melhor método para ser aplicado na educação de pessoas surdas (SCHLÜNZEN, BENEDETTO e SANTOS, 2012). Nesse congresso foram aprovadas resoluções que elevavam o método oralista acima do gestual, sendo considerado o ideal para a educação de surdos (DUARTE et. al, 2013).

Dois anos depois ocorreu a segunda edição do congresso. O II Congresso Internacional de Educação de Surdos, realizado dessa vez em Milão, tinha a intenção de estabelecer e padronizar os critérios a serem adotados internacionalmente para a educação dos Surdos. Nesse evento foi declarado que Surdos não tem problemas fisiológicos nos órgãos responsáveis produção e emissão da voz, logo pôde-se considerar que Surdos não tem,

biologicamente, problemas para falar (BAALBAKI, CALDAS, 2011). Com as intenções bem explícitas e um corpo votante majoritariamente constituído de ouvintes defensores do oralismo, o mesmo foi escolhido como melhor método para o ensino de surdos. Oito resoluções foram aprovadas e seus efeito perduraram por quase um século:

> I. O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;
> II. O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;
> III. Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
> IV. O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo(primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo.
> V. Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;
> VI. Os surdos, depois de terminado seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática.
> VII. A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador deve ter mais que 10 alunos em simultâneo;
> VIII. Com o objetivo de se implantar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém-admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral (CARVALHO, 2007, p. 66-68).

A partir de então, o uso de sinais na Europa se tornou proibido, assim como em outros países ao redor do globo.

Com isso, o oralismo foi implementado cada vez mais em espaços de ensino. Grandes defensores como Ferrei e Bell, viam na língua de sinais algo primitivo e inoportuno. Bell encarava os surdos como doentes que deveriam ser curados, que deveriam negar a própria surdez e viver como ouvintes. Alexander Graham Bell foi um membros mais ativos no II Congresso Internacional de Educação de Surdos. Segundo Lane (1997), Bell[6] dizia que

> [...] se estas pessoas casassem e alguns dos seus filhos casassem com surdos congênitos, e os filhos destes fizessem o mesmo, e assim sucessivamente, a proporção de crianças surdas nascidas de tais casamentos cresceria de geração em geração até uma fase que praticamente todos os seus filhos nasceriam Surdos (LANE, 1997, p.193).

A conjuntura de acontecimentos acabou resultando em evasão escolar e muitos Surdos passaram a procurar trabalhos braçais, que exigissem pouca qualificação

[6] Dados históricos relatam que, por mais que ele nunca tenha admitido, sua mãe e esposa eram Surdas. Na busca de ajudá-las a retomar a capacidade auditiva, ele passou a investir seus estudos em aparelhos que amplificassem as ondas sonoras, e acabou inventando o telefone em 1878. (PERELLO, TORTOSA, 1978, LADD, 2003).

(SCHLÜNZEN, BENEDETTO e SANTOS, 2012). As instituições de ensino somente perceberam a inadequação o oralismo após muitos anos do uso desse método.

2.3 Declaração de Salamanca

Em 1994, na Espanha, ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que teve como resultado a Declaração de Salamanca. Essa declaração aborda princípios, técnicas e políticas na área da educação para alunos com deficiência.

Esse documento proclama que

> [...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, [...] sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, [...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, p.1).

O Brasil foi um dos signatários da declaração, aderindo a prática dos compromissos acima citados. O fundamento da inclusão presente na Declaração de Salamanca integra o cerne do ideal democrático presente na Constituição brasileira. A declaração se tornou mais presente no Brasil em 2000 (MONTEIRO, 2006).

Por mais que a declaração não se aplique exclusivamente aos Surdos, uma vez que ela compreende todos os indivíduos e suas diferenças, foi um marco para a conscientização da inclusão, em especial das pessoas com deficiência. Conforme a Lei 13.146 de 2015, reconhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência),

> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p.2)

2.4 Comunidade Surda no Brasil

2.4.1 O início da História

A história dos Surdos no Brasil teve seu marco inicial em 1856, na época imperial. Nos anos anteriores a 1856 havia surdos no Brasil, porém sua comunicação não era desenvolvida ou reconhecida. Durante uma viagem à França, Dom Pedro II conheceu os trabalhos de L'Épée e notou que não havia nada similar no Brasil. Com o objetivo de levar metodologias educacionais para Surdos no Brasil, Dom Pedro II convidou o professor E.

Huet[7] para iniciar um programa educacional para Surdos no Brasil. Huet trouxe ao Brasil o alfabeto manual francês e alguns sinais. Fundamentou seu método de ensino na leitura labial, articulação da fala e auxílio da datilologia. Assim, Língua de Sinais Brasileira recebeu forte influência da Língua de Sinais Francesa, diferentemente da língua oral portuguesa. (AMARAL, 2017)

No ano seguinte, em 1857, com o apoio de Dom Pedro II, Huet conseguiu fundar o primeiro instituto para Surdos no Brasil, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

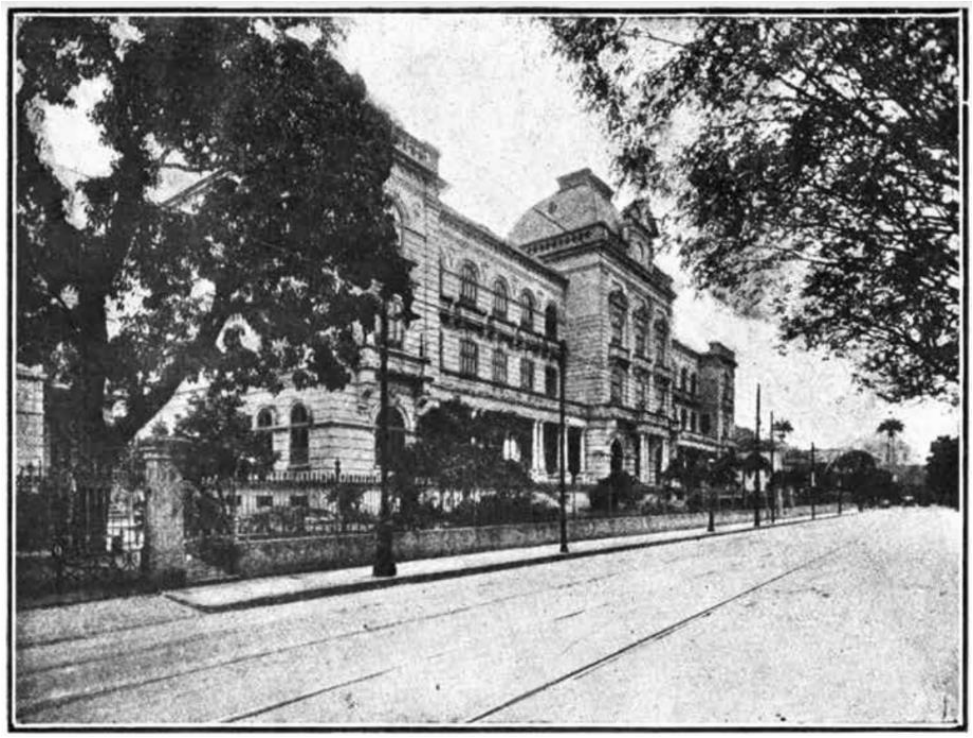

Figura 3: O Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Disponível em: https://vejario.abril.com.br/cidades/instituto-nacional-de-educacao-de-surdos-completa-160-anos/. Acesso em: 24 nov. 2018.

Entretanto, seguindo a influência européia causada pelo Congresso de Milão, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos acabou por adotar o método oralista. “Em 1911, o Decreto Nº 9.198, em seu artigo 9º, determinava a retomada do Método Oral Puro em todas as disciplinas” (ROCHA, 2008, p. 54). A partir desse momento, práticas como amarrar as mãos dos alunos durante a aula para impossibilitar a comunicação gestual eram comuns (SCHLÜNZEN, BENEDETTO e SANTOS, 20123). Na década de 1920, o Método de

[7] Segundo Rocha (2008), o nome do professor francês têm gerado dúvidas. Em suas assinaturas constam apenas uma variação entre E.Huet e E. D. Huet.

Reeducação Auditiva, proposto por médicos otologistas da época, era considerado um tratamento de sucesso do “enfermo” (ROCHA, 2008, p. 64).

Ainda que os descontentamentos políticos e educacionais traduzidos em alguns atos de rebeldia de Surdos que estudavam no Instituto, ocorridos já em meados de 1950 (ROCHA, 2008), somente por volta de 1970, a teoria da comunicação total[8] chegou ao Brasil, favorecendo assim a apropriação do bilinguismo nos próximos anos (DUARTE et. al).

2.4.2 À Luta

No Brasil, conforme o Decreto 5.626/05, é considerado Surdo aquele que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, se expressando culturalmente, principalmente pelo uso da Libras. Além disso, considera-se deficiente auditivo uma pessoa com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, averiguado por um audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005, p.28). Logo, o povo Surdo é formado por um grupo desuniforme de pessoas com diferentes experiências de vida-mundo e identidades.

Para Padden (1989), uma comunidade é um coletivo de pessoas que interagem, no mesmo território e tem os mesmo legados históricos para alcançar seus objetivos com estímulo e esforços. Há uma diferença entre comunidade e povo. Na comunidade surda, estão presentes os Surdos e os ouvintes que compartilham a causa surda, seja por meios profissionais, amizade ou consanguinidade, mas que não são culturalmente Surdos. Diferentemente da comunidade, o povo surdo é composto por membros com a mesma cultura, que é definida como “conjunto de comportamentos aprendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições” (PADDEN, 1989, p.5).

No final da década de 1980, o Brasil passou por um período de conscientização e ativação de diversas minorias por meio de movimentos sociais, tais como feminista, negro e LGBT. A comunidade surda também passou a ser ativista na busca de seus direitos. Influenciados pela promulgação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981, na qual declarou o ano como Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)[9]. Tal promulgação da

---

[8] Segundo Capovilla (2000), a teoria da comunicação total defende que todos os meios que facilitam a comunicação são legítimos, o que acabou por ser considerado inadequado por causar direcionamentos variados nas propostas pedagógicas.

[9]Disponível em : http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28678. Último acesso em: 27 nov. 2018.

visou garantir o direito das pessoas com deficiência, com o intuito de que elas possam viver plenamente, participar ativamente no desenvolvimento da sociedade e usufruir das mesmas condições que cidadãos sem deficiência (BRASIL, 1981) .

Esses ativistas iniciaram a busca pela igualdade de direitos. Porém, no fim da década de 1980, as reivindicações reclamadas nas manifestações ainda não tinham um caráter próprio do movimento surdo, sendo bem semelhantes às demandas de outros movimentos como o das pessoas com deficiência física, cegos (BRITO, 2016).

> Não havia se configurado ainda uma demanda específica do movimento surdo acerca do reconhecimento oficial da forma de comunicação em sinais empregada por milhares de pessoas surdas na sua vida social, sendo que, à época, este tipo de comunicação dos e com os surdos sofria preconceito e era objeto de mecanismos coercitivos que desencorajavam a sua utilização, sobretudo nas escolas e classes especiais para surdos (BRITO, 2016, p.766-767).

A princípio, buscavam direitos básicos de cidadania. Segundo Berenz (2003), era reivindicado a igualdade na comunicação nas esferas onde o Surdo estava inserido, como o direito de ser atendido por um intérprete em Libras em hospitais e órgãos públicos, por exemplo (BRITO, 2016).

Em 1987, um grupo de ativistas fundou a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) na cidade do Rio de Janeiro. A FENEIS é uma entidade filantrópica que reivindica e defende os direitos e as políticas sociais a favor da comunidade surda brasileira (MONTEIRO, 2006). Em 1993 a federação publicou o documento *As comunidades surdas reivindicam os seus direitos linguísticos*, no qual defende-se basicamente a tese de que as línguas de sinais são línguas naturais, completas e equivalentes do ponto de vista gramatical às línguas orais" (BRITO, 2016, p. 767). E, além disso, defende o conceito de que os usuários de língua de sinais devem ser legitimados pelo Estado e sociedade. Porém, somente no fim da década de 1990 que as ideias e propostas do documento passaram a ser popularizadas e apropriadas pelos ativistas por todo o Brasil, tornando-se assim a base da ideologia da construção da identidade coletiva do movimento Surdo.

O marcou o crescimento do movimento Surdo foi uma passeata na cidade do Rio de Janeiro em 1994 organizada pelo grupo *Surdos Venceremos*, na qual mais de duas mil pessoas foram mobilizadas para reivindicar os direitos dos Surdos e dar visibilidade à Libras (BRITO, 2016). Após a visibilidade alcançada, Libras passou a ser entendida como

> [...] elemento constitutivo e produtor de uma cultura surda e de uma identidade surda. Em outras palavras, [...] a bandeira da oficialização não era mais carregada

> em nome da cidadania, por igualdade de oportunidade; mas, sim, por identidade, por direitos linguísticos e culturais (BRITO, 2016, p. 768).

Desse momento em diante, o objetivo dos ativistas passou a ser a oficialização de Libras como língua em nível nacional. Logo, a FENEIS juntamente com a Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos (FENAPAS) passaram a ter reuniões para gerar um projeto de lei que atingisse esse objetivo. E em 1996, foi apresentado esse projeto de lei ao Senado. Durante o tempo de espera para sua aprovação, a cultura surda passou a chamar atenção em nível acadêmico e social. Linhas de pesquisa, cursos e produções acadêmicas relacionadas à surdez e sua parte linguística foram ganhando seu espaço. Eventos como a elaboração dos documentos *A educação que nós queremos*, o *I Festival de Arte e Cultura Surda*, o *I Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo*, o *II Congresso Latino Americano de Bilinguismo* (Língua de Sinais / Língua Oral) foram medidas adotadas para induzir os parlamentares a votarem a favor do projeto da lei de libras. Essas estratégias, além de manifestações em frente ao Congresso, passeatas, visitas ao gabinete, foram cruciais para a aprovação do projeto da lei de Libras pelo Senado em 2002, e sua sanção presidencial. A aprovação da lei foi resultado dos esforços coletivos de ativistas da comunidade surda. Porém, não descarta a importância da participação de intelectuais acadêmicos, órgãos públicos, e os parlamentares envolvidos na tramitação do projeto de lei da Libras (BRITO, 2016, MONTEIRO, 2006).

Após sua sanção, a Lei n° 10.436/2002 passou a reconhecer Libras com o status de língua. Essa Lei incentiva o uso e difusão da Libras para garantir a inclusão dos Surdos e garante o devido atendimento e tratamento de pessoas com deficiência auditiva/surdez (BRASIL, 2002). Com a aprovação da lei da Libras, e a sua regulamentação pelo Decreto 5.626/05, ficou previsto o ensino da língua, a formação de educadores e intérpretes assim como sua presença em locais públicos de atendimento. Porém, percebe-se uma lenta progressão no cunprimento da lei. Ainda se espera ver sua validez nos campos do esporte, lazer e políticas pública de saúde de forma plena (DUARTE et. al, 2013).

3. Discussão e Considerações Finais

A pesquisa realizada evidenciou que um conceito imprescindível para a compreensão das questões relativas aos Surdos esteve ausente por um longo período da história: a inclusão. A inclusão é definida como abranger, inserir, compreender os diferentes (LUFT, 2002). Para que esse conceito se faça valer, a sociedade como um todo precisa encarar a pessoa com deficiência como uma pessoa capaz, compartilhando do mesmo status de pessoa sem deficiência (SILVA, PANAROTTO, 2014). Essa visão ainda é sufocada por preceitos de culto ao corpo considerado normal (a normalização) e suas competências, o que contribui para a manutenção da segregação de toda uma comunidade presente na sociedade. Essa marginalização afetava (e ainda afeta) diretamente a vida social dos Surdos, pois impede o exercício e o desenvolvimento das identidades Surdas.

Surdos tiveram que viver uma vida que não era compatível com sua natureza e assumiram posições que não condiziam com sua realidade (SILVA, 2009). As diversas medidas tomadas para que os Surdos fossem inseridos em uma sociedade não inclusiva podem ser configuradas como uma tentativa de integração social, tendo em vista o objetivo de moldar esses sujeitos ao estilo ouvinte da sociedade, ou seja, baseado no ouvintismo, em acordo com a ideologia de que as minorias têm de se adequar ao estilo e imposições da maioria, o que gerou um resultado insatisfatório.

Essas resoluções impactaram de forma negativa a vida dos Surdos, uma vez que eles iam para a escola, não para construir conhecimento, mas, sim, para aprender a falar. O que foi uma medida ineficaz já que nem todo Surdo consegue realizar esse procedimento com eficiência. Por meio da leitura labial, cerca de apenas 20% do conteúdo recebido pelo Surdo é assimilado (MOURA apud DUARTE et al, 2012). Enquanto alunos ouvintes aprendiam conteúdos equivalentes a sua idade, os Surdos tinham extensas aulas de exercícios que estimulassem a oralidade e não adquiriram o conhecimento correspondente à série em que estavam (SILVA, 2009).

Segundo Strobel (2008), os estudos linguísticos-culturais e a divulgação sobre a surdez foram essenciais para definir a língua de sinais como fator basilar da cultura surda. O movimento cultural dos Surdos se consolida ao passo que o país regulamenta as línguas de sinais como oficiais do país. O fortalecimento desse movimento acaba gerando um contraste quando comparado ao tratamento que os Surdos recebiam no passado, deixando essas lembranças bestiais para trás. Assim, diversos movimentos sócio-culturais passaram a ter

grande relevância na participação da visibilidade da Cultura Surda, sendo representada majoritariamente pelo reconhecimento de Libras e suas aplicações na sociedade.

Portanto, é possível apontar que a condição social dos Surdos foi remodelada no decorrer da história. Ns citações históricas referentes aos Surdos, pode-se notar exclusão, hostilidade e segregação social. São poucos os casos nos quais essas pessoas estão incluídas. No primórdio das manifestações de seus direitos, começando pela educação, é possível perceber a bipolaridade nos métodos considerados ideais para a comunicação para pessoas surdas. Por vezes a metodologia oralista predomina, por vezes a aceitação da comunicação gestual. Todavia, os efeitos do Congresso de Milão, com sua teoria oralista, prevaleceram por quase um século e impediram o uso das línguas de sinais, o que restringia os Surdos linguisticamente, socialmente, politicamente e culturalmente.

Esses direcionamentos que estabeleceram padrões hegemônicos para a comunidade Surda, como a normalização, eram protagonizados por ouvintes. Os Surdos eram colocados como passivos em resoluções para a própria comunidade. O empoderamento atual é resultado do protagonismo Surdo. Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais se tornou o carro chefe da batalha desse grupo, dando voz e visão aos movimentos sociais e políticos em prol da efetiva inclusão. Várias foram as batalhas para chegar até aqui e, mesmo com as vitórias conquistadas, há ainda uma longa jornada na construção de uma sociedade equânime, na qual as relações de poder sejam equilibradas, o multiculturalismo seja reconhecido, os conhecimentos sejam acessados, posturas éticas e críticas sejam formadas e o engajamento político atenda os interesses do planeta e seus habitantes.

Referências

AFONSO, Carlos. **O Congresso de Milão e a Supremacia do Oralismo**. História dos Surdos. 2010. Disponível em: http://projetoredes.org/wp/wp-content/uploads/artigo-Surdos-Not%C3%ADcias%C2%BB-3%C2%BA-numero.pdf. Último acesso em: 26 nov.2018.

AMARAL, Sâmia Carvalho do. **O surgimento da Libras e sua importância na comunicação e educação de surdos**. In: IV Congresso Nacional de Educação. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID2368_16102017221540.pdf. Último acesso em: 27 nov.2018.

BAALBAKI, Angela; CALDAS, Beatriz. Impacto do Congresso de Milão sobre a língua de sinais. **Cadernos do CNFL**, vol. VX, n°5, t.2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/156.pdf. Último acesso em: 27 nov.2018.

BERENZ, N. **Surdos Venceremos**: the rise of the Brazilian community. Monaghan, L. et al. (Ed) Many ways to be deaf: international variations in deaf communities. Washington. D.C.: Gallaude University, 2003.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Último acesso em: 25 nov.2018.

BRASIL. **Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm . Último acesso em: 21 nov.2018.

BRASIL. **Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Último acesso em: 21 nov.2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Último acesso em: 27 nov.2018.

BRITO, F. B. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** 2013. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRITO, F. B. de. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 766–769, ago. 2016. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12214 . Acesso em: 27 nov. 2018.

CABRAL, Eduardo. Para uma Cronologia da Educação dos Surdos. **Communicare - Revista de Comunicação**, n°3, APECDA-Porto, 35-53, 2005. Disponível em: http://projetoredes.org/wp/wp-content/uploads/cronosurdo_Eduardo-Cabral.pdf. Último acesso em: 27 nov.2018.

CAPOVILLA, Fernando C.; CAPOVILLA, Alessandra G. S. **Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a língua alfabética.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jul.-Dez. 2002, v.8, n.2, p.127-156. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista8numero2pdf/1capovilla.pdf. Último acesso em: 27 nov.2018.

CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal**. Lisboa: Surd'Universo. 2007.

DORZIAT, Ana. **O Outro da Educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença**. Currículo e Inclusão. Petrópolis, RJ: . Vozes, 2009.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2013, vol.20, n.4, pp.1713-1734. ISSN 0104-5970. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-597020130005000015. Último acesso em: 25 nov.2018

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **A educação que nós surdos queremos**. Documento elaborado pela comunidade surda a partir do pré-congresso ao V Congresso latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no salão de atos da reitoria da UFRGS, nos dias 20 a 24 de abril de 1999. Disponível em: http://www.feneis.org.br/arquivos/A%20EDUCA%C7%C3O%20QUE%20N%D3S%20SURDOS%20QUEREMOS.doc. Último acesso em: 21 nov.2018

LADD, Paddy. **Understanding deaf culture: in search of deafhood.** Sydney: Multicultural Matters. 2003.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência. A comunidade Surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LUFT. Celso Pedro. **Minidicionário Luf**. São Paulo: Ática, 2002.

MONTEIRO, M. S. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. ETD - Educação Temática Digital, 7(2), 295-305, 2006. http://nbn-resolving.de/urn:ndn:0168-ssoar-101789. Último acesso em: 26 nov.2018

NASCIMENTO, L. C. R. (2006). **Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier**. etd - Educação Temática Digital, 7(2), 255-265. https://bit.ly/2PdY34P. Último acesso em: 26 nov.2018.

PADDEN, Carol. The deaf community and culture of deaf people. In: Wilcox, Sherman (Ed) **American deaf culture: an anthology**. Burtonsville: Lindtok Press, 1989.

PALMA, Naiana de Oliveira. **Libras: instrumento de inclusão escolar do aluno surdo.** São Joaquim, 2012. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Naiana-de-Oliveira-Palma.pdf. Último acesso em: 27 nov. 2018.

PERELLO, Jorge; TORTOSA, Francisco. **Sordomuzes**. Barcelona: Científico-Médica. 1978.

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil.** Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro. INES, 2008

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos.** Núcleo de Acessibilidade da UEL. Londrina, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf. Último acesso em: 26 nov.2018

SILVA, José Pretto da; PANAROTTO, Janice. **A Inclusão no Contexto Atual**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende: 2014. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf. Último acesso em: 26 nov. 2018.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BENEDETTO, Laís dos Santos Di; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **História das pessoas surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual** - volume 11 - D24 - Unesp/UNIVESP - 1a edição 2012. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65523/1/l02_t02.pdf. Último acesso em: 27 nov.2018.

STROBEL, Karin. **Surdos: vestígios não registrados na história.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

UNESCO. **Ano Internacional das Pessoas Deficientes: Relatório de Atividades da Comissão Nacional.** Ministério da Educação. Brasil, 1981. 58p. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf. Último acesso em: 25 nov. 2018.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Ministério da Educação. Brasil, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Último acesso em: 29 nov. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 15.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 94p., il. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1vTu-H89ua4OQT8Dx00CcIVidYNkUi3Bz. Acesso em: 25 nov.2018